

O AMBIENTALISMO ECONÔMICO NO DISCURSO DA RECICLAGEM DOS MATERIAIS

Fábio Fonseca Figueiredo - economista (UFRN), doutor em geografia pela Universidade de Barcelona, Espanha. Professor do Departamento de Políticas Públicas da UFRN <ffabiof@yahoo.com>

resumo de no máximo 150 palavras e no mínimo 3 palavras-chave.

O modelo civilizatório da sociedade global fundamenta-se na produção à larga escala e no aumento exponencial e diversificado do consumo. Este modelo impacta o meio ambiente já que demanda grandes quantidades de recursos naturais e provoca contaminação ambiental. No leque desta contaminação, a geração de resíduos sólidos surge como uma das principais devido a seus efeitos nocivos serem sentidos de forma imediata pelas pessoas. Em países como o Brasil, uma das soluções requeridas para se minimizar e/ou equacionar a problemática engendrada pelos resíduos sólidos é a reciclagem dos materiais. A justificativa oficial pelo esforço à reciclagem está nas características da atividade já que o uso de materiais reciclados reduz a demanda por recursos naturais em processos produtivos industriais, aumenta o tempo de vida útil dos aterros sanitários (local de destino final dos resíduos), além de gerar emprego e renda para os catadores, sujeitos que sobrevivem da coleta e separação dos materiais recicláveis. A partir de uma ética ambiental, a pergunta que deve ser feita quando nos propomos a analisar as implicações da geração dos resíduos é: por que a sociedade global gera resíduos sólidos de maneira acentuada? Contudo, à luz dos pressupostos mercadológicos do capitalismo, a pergunta que move as discussões acerca da problemática dos resíduos sólidos é: o que fazer com a crescente geração de resíduos sólidos? O presente artigo se propõe a uma reflexão dos elementos justificativos dessa *ode à reciclagem*. Em nossa perspectiva, a reciclagem fomenta ao que denominamos de ambientalismo econômico, no qual o discurso pró-reciclagem se apropria dos elementos e potencialidades ambientais da atividade da reciclagem para justificar as ações de caráter econômico no que se refere ao que fazer com os resíduos gerados diariamente.

Palavras chave: Resíduos Sólidos; Reciclagem; Ambientalismo Econômico

Introdução

Temos observado nas últimas duas décadas, a ferocidade com que o sistema capitalista está fomentando as condições necessárias para a sua reprodução. No campo da economia financeira, o desenvolvimento de dispositivos tecnológicos e os meios de comunicação estão proporcionando extrema mobilidade ao capital. Assim, o denominado capital virtual ou fictício pode agir de acordo com o fuso horário de cada região do planeta, promiscuando-se com maiores taxas de juros oferecidas pelos governos dos estados nacionais que se submetem ao sistema econômico-mundo.

O modelo civilizatório da sociedade global fundamenta-se na produção à larga escala e no aumento exponencial e diversificado do consumo. Este modelo impacta o meio ambiente já que demanda grandes quantidades de recursos naturais e provoca contaminação ambiental. No leque desta contaminação, a geração de resíduos sólidos surge como uma das principais formas de depleção do meio ambiente devido seus efeitos nocivos ser sentidos de forma imediata.

É fato a dificuldade de governos e instituições não governamentais de viés ambiental em introduzir mudanças significativas na atual estrutura de produção e consumo. Há fortes disputas políticas e ideológicas em jogo e que conduzem a variável econômica como preponderante nas tomadas de decisões políticas. Os conglomerados internacionais agem como um poder paralelo e como possuem o poder econômico, conseguem minar qualquer forma de resistência à sua concepção econômica. Porém, remeter a problemática dos resíduos à impossibilidade da mudança do modelo econômico vigente é uma análise parcial, ingênua e/ou tendenciosa, uma vez conhecida a justificativa dessa impossibilidade que é a falta de uma postura política que ataque ao modelo civilizatório global. Ou, como diria Guatarri (2009, p. 9):

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais.

Tratando da problemática ambiental em geral, e dos resíduos sólidos, em particular, a solução mais aceitável desde uma perspectiva ambiental é a adoção do modelo preventivo, em que a relação entre sociedade e natureza ocorra de forma equilibrada para ambas as partes. Alió (1999) observa que as administrações públicas devem

formular suas políticas ambientais conforme o modelo preventivo, que na temática dos resíduos passa por evitar a geração desses na fonte, particularmente os resíduos tóxicos e perigosos.

Em países como o Brasil, uma das soluções requeridas para se minimizar e/ou equacionar a problemática engendrada pelos resíduos sólidos é a reciclagem dos materiais. A justificativa oficial pelo esforço à reciclagem está nas características da atividade já que o uso de materiais reciclados reduz a demanda por recursos naturais em processos produtivos industriais, aumenta o tempo de vida útil dos aterros sanitários (local de destino final dos resíduos), além de gerar emprego e renda para os catadores, sujeitos que sobrevivem da coleta e separação dos materiais recicláveis.

A próxima seção apresenta o apanágio da gestão dos resíduos sólidos no Brasil, elencando as suas principais características e tendências a partir da recém formulada Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei que deve ser implementada em sua totalidade pelos municípios brasileiros até agosto de 2014.

Características e tendências do setor dos resíduos sólidos no Brasil

A gestão dos resíduos sólidos no Brasil passa por um momento de transição no que resulta na modernização do setor. Aprovada em julho de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que surge com a missão de ordenar nas atividades em um setor caracterizado por deficiências em todos os seus serviços. A partir da nova política, as municipalidades terão quatro anos para adequar e/ou condicionar seus sistemas de gestão de resíduos ao que determina a PNRS. Na prática, implica na erradicação dos lixões e acondicionamento final dos resíduos em aterros sanitários ou incineradoras, desde que haja a recuperação energética por metanização¹. Ainda, que as municipalidades devam dar preferência a programas de coleta seletiva, contando com a participação de catadores de materiais recicláveis.

Um aspecto marcante da PNRS é o incentivo à participação de catadores em programas oficiais de coleta seletiva. Os catadores compõem um dos segmentos sociais mais vulneráveis do âmbito urbano visto que a sua própria atividade laboral, o manejo direto com os resíduos, demonstra a atividade como última e, talvez, única estratégia de

¹ Processo considerado satisfatório desde a engenharia sanitária.

sobrevivência desse contingente de indivíduos, estimado em um milhão de pessoas atuando diariamente no Brasil (FREITAS, 2005).

Definindo que a inclusão socioeconômica dos catadores passa necessariamente pela participação destes em programas oficiais de coleta seletiva, a noção oficial é a de oferecer qualificação profissional aos catadores de forma a que esses sujeitos possam desempenhar sua atividade laboral de maneira eficiente, ou seja, aumentando a quantidade de materiais recicláveis separados na coleta. Na perspectiva das administrações públicas, o trabalho organizado dos catadores resulta na possibilidade de maior ocupação e renda, o que se pode traduzir na inclusão socioeconômica destes sujeitos.

A noção de inclusão de pessoas através da economia política dos resíduos é ambivalente já na sua essência. Condicionar esse contingente de pessoas ao manejo dos resíduos ‘somente’ porque elas já utilizam como estratégia de sobrevivência a coleta de materiais recicláveis é, no mínimo, uma clara noção do que se chama exclusão social. É negar as causas das diversas exclusões que estes sujeitos foram vítimas. Nesse sentido, vale questionar a resignificação do trabalho a partir da necessidade/estratégia de sobrevivência dos catadores (FIGUEIREDO, 2007).

A inclusão socioeconômica de catadores em programas de coleta seletiva pode acarretar o que definimos por exclusão de excluídos. A eficácia de programas de inclusão social de catadores implica no fracasso de tais programas já que estes programas possuem como essência a agregação de novos participantes. Tal situação ocorreu, por exemplo, com o programa de inclusão social levado a cabo pela Prefeitura de Natal, iniciado em 2003 (FIGUEIREDO, 2012a).

Outro aspecto que confirma a exclusão de excluídos é o valor econômico que pode ser auferido com os materiais recicláveis. Os incentivos à separação dos materiais pela população tende a baratear os custos sociais da atividade da separação. Em cidades com forte tradição da participação popular em programas de coleta seletiva como Porto Alegre e Curitiba, os catadores estão sendo, aos poucos, excluídos da cadeia produtiva da reciclagem. As indústrias de reciclagem que segundo seus próprios números opera com uma capacidade ociosa de 40%, e que conseguem ganhos econômicos superiores a 300% do capital investido anualmente, estão incentivando sobremaneira a participação

popular na separação e entrega de recicláveis em lugares definidos pelas recicladoras, tais como promoção a eventos de toda ordem. Não raro, estas iniciativas surgem em diversas cidades brasileiras, destacando-se os programas de Belo Horizonte, Fortaleza e Londrina no que se refere a coleta de latas de alumínio, cobre e envases de vidro.

O Estado vem contribuindo sistematicamente no fortalecimento da atividade da reciclagem através de financiamento da ordem de trezentos milhões de reais/ano, através da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a cidades e entidades que realizem atividades de separação e coleta dos materiais para posterior envio às indústrias. Outro aspecto a ser citado é o fomento das agências oficiais a entidades representativas para a compra de máquinas e equipamentos necessários na adequação dos materiais, conforme demandas das indústrias de reciclagem.

A maior capitalização de grupos de catadores somados ao apelo social da atividade laboral desses sujeitos faz surgir o empoderamento² político e econômico de líderes do movimento dos catadores. Casos observados em Natal e Belo Horizonte confirmam o fenômeno do *caciquismo* de classe. Em âmbito internacional, pesquisas desenvolvidas por Castillo Berthier (2002) expõem a ocorrência do mesmo fenômeno no departamento de Moleros, México. O poder concentrado em alguns líderes promove a exclusão no interior próprio movimento dos catadores.

No texto final da nova política nacional para os resíduos não está claro quando as municipalidades podem e devem utilizar as incineradoras, com recuperação de energia através da metanização, como forma de dar um destino final adequando aos resíduos. Experts no assunto criticam a dubiedade da lei e a possibilidade real da instalação das incineradoras sem a metanização. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis vêm sistematicamente a público alertar a população para a diminuição nos seus rendimentos, a partir da instalação das incineradoras haja vista que para que tais usinas operem em um nível economicamente viável, necessita de materiais recicláveis para a sua combustão.

Funcionando em um mercado promissor devido a obrigatoriedade exigida pela política nacional dos resíduos para a erradicação dos lixões, as incineradoras estão disponíveis

² Conforme Gohn (2004) o empoderamento trata-se de processos que tenham a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos- os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos.

no mercado a diferentes escalas, de modo que pode atender a cidades com populações a partir de dez mil habitantes. Vislumbrando a possibilidade de se ‘livrar’ do problema do destino final dos resíduos, as municipalidades já se articulam para montar o que se define como consórcio do lixo, ou seja, instalação de incineradora em uma área equidistante das cidades participantes do consórcio para que os gastos com a incineradora sejam compartilhados e, através das quantidades de resíduos enviados para a queima, o investimento seja economicamente viável. Caso, por exemplo, do estado do Rio Grande do Norte, onde neste momento, municípios como Tibau do Sul, Goianinha e Pipa analisam tal possibilidade. Portanto, a partir do desvio dos materiais da reciclagem para as incineradoras, os catadores também vão sendo eliminados do mercado econômico dos recicláveis.

Longe de se pensar a gestão dos resíduos sólidos no Brasil que atendam aos parâmetros socioambientais, a atual gestão moderna implica na exacerbação dos aspectos técnicos, deixando a segundo plano estratégias que possivelmente poderiam diminuir a quantidade de resíduos a ser gerados. No que tange a inclusão social de catadores, os processos de modernização vem patrocinando uma ‘limpeza’, ou seja, a expulsão desses sujeitos da cadeia produtiva da reciclagem. Obviamente que a ‘limpeza’ não ocorre de maneira uniforme, entretanto, os prognósticos vislumbram que em diversos momentos já apontam para uma segundo processo de exclusão desses sujeitos da economia informal dos reciclados.

Faz-se necessário uma gestão de resíduos *outra*, que leve em consideração as demandas cidadãs no que tange ao manejo dos resíduos. Os planos de gestão de resíduos sólidos devem ser formulados respeitando a hierarquia dos 3r (reduzir, reutilizar, reciclar) de acordo com os parâmetros da Agenda 21 global. Também deve haver o fortalecimento das Agendas 21 locais, sobressaindo a participação de segmentos sociais articulados.

A ode à reciclagem dos materiais e o ambientalismo econômico

A opção pela reciclagem dos materiais como forma de manejo final dos resíduos possui várias conotações, dependendo do período histórico analisado. Até finais dos anos quarenta houve a necessidade da reutilização e reciclagem dos resíduos, a fim de atenuar as dificuldades econômicas herdadas da guerra. Em países com escassez de produtos industriais e de pobreza extrema, as condições adversas obrigavam a utilização

de técnicas rudimentares de reutilização e reciclagem dos materiais. No final dos anos 1960, a facilidade de consumo em um período de expansão da economia global elevou gradativamente a quantidade de resíduos gerados (sobretudo nos países centrais), chegando a um nível em que os resíduos se constituíram um problema para a população. Atualmente, a reutilização e reciclagem surgem como alternativas à gestão dos resíduos, mas agora para reduzir os danos ambientais causados pelos resíduos.

Na última década, a indústria de reciclagem no Brasil conseguiu altas taxas de crescimento e muito desse resultado se deve aos avanços tecnológicos implementados na atividade. Para o desenvolvimento da cadeia de reciclagem, mudanças importantes foram necessárias na gestão dos resíduos. A partir da política nacional, o governo passou a incentivar formação de entidades de catadores visando a inserção dessas entidades na coleta seletiva oficial (FIGUEIREDO, 2012b).

Nesse novo contexto, o catador se torna o grande responsável pelo crescimento da indústria de reciclagem, uma vez que assegura o fornecimento de materiais recicláveis. Assim, para a resolução do problema oriundo dos resíduos se evoca a atividade da reciclagem por essa abranger as dimensões ambiental através da redução da contaminação provocada pelos resíduos, e a dimensão social, com o retorno dos catadores à formalidade social e econômica.

Note-se que na cadeia produtiva da reciclagem, o catador está recebendo a menor parte dos rendimentos econômicos gerados nessa cadeia em comparação com os demais atores envolvidos. Esta cadeia é constituída por catadores, sucateiros que compram os materiais recicláveis diretamente aos catadores e vendem aos atravessadores e estes repassam os materiais às indústrias de reciclagem. A distribuição de renda por meio da cadeia de reciclagem é um componente importante nesta análise, pois mostra como os lucros são distribuídos nessa cadeia produtiva. Como assevera Alió (2008, p. 8)

Uno de los inconvenientes de usar el reciclaje radica precisamente en su misma bondad económica, que permite obtener materias primas a bajo costo a partir de los desechos pero que, en cambio, no facilita por si mismo el desarrollo de prácticas de contención del consumo ni tampoco la innovación en la generación de substituciones y

modificaciones tecnológicas durante los procesos de producción y distribución de los productos.

A reciclagem como qualquer atividade econômica está sujeita a perspectiva de mercado. Portanto, incentivar o crescimento da indústria de reciclagem significa criar uma motivação econômica para a atividade, o que desde uma perspectiva ambiental não é a melhor alternativa já que este modelo requer quantidades crescentes de resíduos. Contudo, o discurso apresentado por empresários contem fortes elementos do ambientalismo associando-o à preservação e conservação dos estratos naturais do planeta. Ainda, nesse discurso há relação com a semântica da solidariedade cidadã de ajuda à inclusão socioeconômica dos catadores.

A essa forma velada de mescla das fronteiras do econômico com o ambiental, denominamos de ambientalismo econômico, que se esforça por garantir a reprodução do capital investido nas atividades relacionadas ao tratamento dos resíduos pela reciclagem, através do uso do discurso socioambiental.

Em que pese suas características ambientais, a reciclagem como qualquer atividade econômica está sujeita a perspectiva do mercado. Assim que criar e incentivar demandas crescentes para a atividade implica em desenvolver uma indústria que se reproduz através da geração ampliada de resíduos (o que ocorre majoritariamente nos países centrais), e do trabalho informal dos separadores (sumamente observado em países periféricos, porém que volta a ser observada em países centrais devido o empobrecimento médio da população).

A sobrevalorização do aspecto ambiental da reciclagem torna-se um instrumento de reprodução do capital, que se apresenta na sociedade com um valor simbólico de proteção/cuidado ao meio ambiente. Entretanto, oculta seu verdadeiro objetivo que é a motivação econômica pela atividade. Neste contexto, o êxito da reciclagem esvazia a crítica ao modelo que se disfarça de sustentável, mas que segue reproduzindo as contradições inerentes do sistema econômico capitalista.

Considerações Finais

O presente artigo realizou uma reflexão dos elementos que compõe a justificativa da *ode à reciclagem* a partir de uma crise ambiental que se instaura a partir da

incapacidade de ser formular estratégias efetivas de minimização na geração dos resíduos sólidos. Em nossa perspectiva, a reciclagem fomenta ao que denominamos de ambientalismo econômico, no qual o discurso pró-reciclagem se apropria dos elementos e potencialidades ambientais da atividade para justificar as ações de caráter econômico no que se refere à gestão dos resíduos sólidos.

O cenário do debate sobre a crise ambiental é pano de fundo para se questionar o modelo econômico contemporâneo, um modelo que reproduz de forma indiscriminada utilizando os recursos da natureza, sem, todavia distribuir a riqueza gerada. A constatação de que a sociedade gera enormes quantidades de resíduos faz com que a resolução deste problema passe por qualificar a intensidade do consumo, levando a mudanças nos hábitos sociais, o que significa uma nova ética de consumo. Este debate não é sobre quem deve consumi-lo o quê, onde e como consumi-lo, mas chegar a um consumo ambientalmente e humanamente suportável e satisfatório.

Nesse sentido, a pergunta que deve ser feita quando nos propomos a analisar as implicações da geração dos resíduos é: por que a sociedade global gera resíduos sólidos de maneira tão acentuada? Contudo, à luz dos pressupostos mercadológicos do setor dos resíduos sendo e posto como condição inicial para o fortalecimento da indústria da reciclagem, a pergunta que move as discussões sobre a problemática em tela é: o que fazer com a crescente geração de resíduos sólidos?

Referências bibliográficas

ALIÓ, Maria Àngels. La difícil transición hacia la prevención: una visión desde el análisis de las políticas sobre el reciclaje de residuos urbanos. Barcelona: Actas del X Coloquio Internacional de *Geocrítica*, 2008, Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/75.htm>>. Acesso em 22/11/2011.

ALIÓ, Maria Àngels. Contaminació i Societat. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 1999. Textos Docents nº 139.

CASTILLO BERTHIER, Hector. Garbage, work and society. [Em linha]. México DF: *Elsevier Science*, 2002. Disponível em: <http://www.nccr-north-south.unibe.ch/document/document.asp?ID=1282&refTitle=Central%20America&Context=jacs>. Acesso em 22/11/2011.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. A gestão de resíduos sólidos em Natal/RN: entre o controle dos resíduos na cidade e o tratamento final no aterro sanitário. Belém: VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Cursos de Pós Graduação em Ciências Ambientais, 2012. Anais do VI Encontro Nacional da ANPPAS. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT3-347-1060-20120629124249.pdf> Acesso em 14/03/2013. (a) Acesso em 14/03/2013.

_____ O desenvolvimento da indústria da reciclagem dos materiais no Brasil: Motivação econômica ou benefício ambiental conseguido com a atividade? Barcelona: Scripta Nova, 2012. v. XVI, nº 387. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-387.htm>>. Acesso em 14/03/2013. (b)

_____ Trabalho e meio ambiente urbano na percepção dos representantes das associações de catadores de resíduos sólidos de Natal, Brasil. Barcelona: Território, Ciudad, Educación, 2007. v. 1, p. 77-92.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. Entre ruas, lembranças e palavras. A trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2005.

GOHN, Maria da Gloria. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. São Paulo: Rev. Saúde e Sociedade, 2004. V. 13, n. 2. P.p 20-31. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>>. Acesso em 14/03/2013. (b)

GUATARRI, Félix. As três ecologias. Campinas: Papyrus, 19ªed., 2008.

NOVAIS, Wasghinton (org.). Agenda 21 Brasileira: Bases para discussão. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

RAMPAZZO, Sônia Elisete. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org.). Desenvolvimento sustentável. Necessidade e/ou Possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2ª ed., 1999. pp. 157-188.

TELLO, E. Eliminar residus o gestionar materials. Barcelona: Revista del Departament de Medi Ambient de la Generalitat de Catalunya, 2001. Nº 29.